

**Perdidos no Ciberespaço:
Produção Noticiosa Para Sujeitos Surdos na Era Digital**

**Lost in Cyberspace:
News Production for Deaf in the Digital Age**

Diogo de Souza MEDEIROS⁶¹
Iraci Helena de Oliveira FALAVINA⁶²
Maria José BALDESSAR⁶³

RESUMO

A produção de material noticioso exclusivo para o ciberespaço e as TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) iniciam um novo paradigma na produção de conteúdo noticioso. Interessa-nos pensar o cruzamento desses processos frente às configurações imagéticas por parte dos sujeitos surdos e refletir se e de que maneira os novos paradigmas da comunicação na era digital interferem no cotidiano e consumo de informação noticiosa por esse público.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Ciberjornalismo; Surdos; Acessibilidade.

ABSTRACT

The production of exclusive news content for cyberspace and ICTs (Information and Communication Technologies) introduce a new paradigm to news content production. We care about the convergence of these processes face to image configurations on the part of the individuals who are deaf and to consider if and in which way the new paradigms of the communication in the digital age interfere in the daily life and consumption of news information by this public.

KEYWORDS: Journalism; Cyberjournalism; Deaf people; Accessibility.

1. INTRODUÇÃO

⁶¹ Estudante do 4º. semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santana Catarina (UFSC); Bolsista CAPES/PIBIC; e-mail: diogome_deiros@hotmail.com

⁶² Estudante do 3º. semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santana Catarina (UFSC); Bolsista CAPES/PIBIC; e-mail: iracifalavina2@gmail.com

⁶³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo e dos programas de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento e Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santana Catarina (UFSC); e-mail: mbaldessar@gmail.com

No final da década de 1990 tem início uma mudança nos processos comunicacionais a partir da introdução de novas tecnologias e da popularização de ferramentas digitais, inaugurando um novo paradigma na produção e disseminação de informação. Chang (2014, p.196) sugere que a comunicação seja o principal obstáculo entre as pessoas surdas/com dificuldade auditiva perante a comunidade ouvinte e que “as novas tecnologias midiáticas devem trazer novas oportunidades para preencher o espaço comunicativo entre os dois grupos”⁶⁴. Interessa-nos pensar no cruzamento desses processos frente às configurações imagéticas por parte dos sujeitos surdos e refletir se e de que maneira os novos paradigmas da comunicação na era digital interferem no cotidiano e consumo de informação noticiosa por esse público. A internet tem sido considerada como espaço dotado de recursos visuais que facilitam a inserção de pessoas surdas, co-responsável pela elevação dos seus níveis de letramento, ampliando as possibilidades de comunicação, uma ferramenta, portanto, dotada de um potencial facilitador, oferecendo um suporte de reapropriação comunicativa dos sujeitos surdos como tomadores de suas decisões que elevam sua autonomia na medida em que se reduz o número de mediadores. Pelas palavras deles “a internet, para os surdos, iguala todas as pessoas: pobres, ricos, surdos, ouvintes, brasileiros ou estrangeiros. (BASSO, 2003; ROSA & CRUZ, 2001, p. 43).

As questões de interesse neste estudo são: a) em que plataforma, quais produtos e com que frequência as pessoas surdas têm acesso à informação noticiosa? b) como a mudança no paradigma de produção e dispersão de notícias altera as relações do público surdo perante a informação de massa?

2. MODELOS COMUNICATIVOS

Antes de elaborar um produto, no caso desta pesquisa, midiático, deve-se reconhecer e entender o público-alvo, a fim de adaptar os métodos de alcance e atender suas demandas. A definição de Chia-Ming Chang divide-se em três grupos baseados na capacidade de compreender informações através do processo discursivo da fala: a) surdez: indivíduos que

⁶⁴ Tradução nossa.

não obtêm informação linguística útil provenientes de discursos orais; b) dificuldade auditiva: informação limitada proveniente do discurso oral e c) ouvinte: comuniquem-se pelo do discurso oral.

Para Siqueira e Silva (2013), é possível categorizar três macroformatos de comunicação historicamente construído entre os grupos ouvintes e surdos no país: oralismo, língua portuguesa e linguagem de sinais. Esses, ramificam-se em especificidades. Nos interessa analisá-las para compreender quais preceitos são usados nos veículos de comunicação.

1) Oralismo: método alemão, foi a primeira tentativa de educação para os surdos protagonizada por ouvintes que consiste no ‘desenvolvimento das habilidades de observação, concentração e imitação por parte da criança surda, utilizando recursos visuais, táteis, auditivos e cinéticos (DÓRIA, 1986, p. 13). Em 1880, no Segundo Congresso de Educação para Surdos, conhecido como Congresso de Milão, decidiu-se que o oralismo era mais apropriado e foi retirado as línguas gestuais das escolas de surdos. Ramifica-se do formato oralismo a comunicação realizada pela leitura labial.

2) Bilinguismo: consideramos a língua portuguesa para os sujeitos surdos como vinculada ao projeto do bilinguismo. Este, percebe a linguagem de sinais como língua materna dos indivíduos surdos⁶⁵, L1, e a língua portuguesa como desejável aquisição linguística como segunda língua, L2, para que possam, entre outras razões, socializarem-se e orientarem-se na epistemologia ouvinte. No que tange aos direitos da pessoa surda, o projeto do bilinguismo é notavelmente um avanço epistêmico porque realoca o paradigma da surdez: de deficiência a direito, transfere das instituições médicas e da perspectiva que tenta reproduzir a audição e a cultura ouvinte para a antropologia e direito de não ser (completamente) inserido na lógica ouvinte. Ramificam-se da língua portuguesa, para nossa análise, o *closed caption* e textos escritos, independente da plataforma utilizada. Não se pode ignorar o fato de que o projeto do bilinguismo alcança uma parcela muito pequena dos

⁶⁵ Usamos o conceito de língua materna com base no vocabulário de teóricos e teóricas defensores do projeto de bilinguismo. Não ignoramos, contudo, a pluralidade e heterogeneidade de desejos da comunidade surda, a história e particularidades sociais de sujeitos surdos oralizados, bilíngues e que não se comunicam através da Linguagem de Sinais.

sujeitos surdos: em 2013, apenas 2% da população surda no Brasil estava matriculada em ensino público, privado ou específico, e mesmo os indivíduos que chegam ao sistema de ensino, enfrentam falhas e lenta implementação do bilinguismo (BASSO, 2003, p. 125; COSTA et al., 2018).

3) Língua de sinais: o primeiro registo que se tem da língua de sinais data de 1714, a MVSL (Martha's Vineyard Sign Language), comunidade de residentes surdos que comunicavam-se pela linguagem visuoespacial criada por Martha Vineyard⁶⁶. Os primeiros estudos sobre a língua de sinais advêm de Charles Michel de L'Epée (1712-1789), que procurou compreender e instruir surdos em sua casa em Paris, combinando língua de sinais e gramática francesa sinalizada. Em 1790 foi fundada a Língua Francesa de Sinais (LSF). Em 15 de abril de 1814, Thomas Hopkins Gallaudet, fundou, junto com o professor surdo Laurent Clerc, a primeira escola permanente para surdos nos Estados Unidos, combinou LSF e MVSL, criando a Língua de Sinais Americana (ASL). Em 26 de setembro de 1857 foi fundada a primeira escola para surdos no Rio de Janeiro, o 'Imperial Instituto dos Surdos-Mudos', atual INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), escola na qual, a partir da mistura da LSF, surgiu a Língua Brasileira de Sinais (Libras), instituída como segunda língua oficial do Brasil em 2002 a partir da Lei Federal nº 10.436, cujo texto trata do reconhecimento de uma forma de comunicação natural aos surdos e da sua inserção na sociedade ouvinte (STROBEL, 2009).

A partir dos macroformatos listados acima, definimos como sugestão de uma tabela que possibilite análises dos métodos sob os quais os sujeitos surdos se informam em produções noticiosas. Ela é resultado de uma avaliação dos artefatos culturais da comunidade surda, evidenciados por pesquisadores dos Estudos Surdos como Strobel (2009) e Skliar (1998) para, a partir da análise cultural interpretarmos a recepção dos produtos jornalísticos por sujeitos surdos a partir dos métodos de produção. Não cabe, portanto, uma leitura totalizante dos métodos, visto que estão em constante mudança em razão de novas tecnologias de comunicação e inovação.

Quadro 1: Análise Dos Modelos de Comunicação

⁶⁶ Disponível em: <https://projects.iq.harvard.edu/asl/deaf-history-timeline>. Acesso em: 24 fev. 2019

Modelo de Comunicação	Éthos	Instituições de poder	Métodos de leitura comunicacional	Métodos de produção comunicacional
Oralismo	Cultura ouvinte > cultura surda	Instituições médicas, surdez como patologia medida em decibéis	Leitura labial	Gráfico
Bilinguismo	Tentativa equivalência entre as manifestações culturais	Instituições educacionais, tentativa de inserção do sujeito surdo na lógica ouvinte com respeito ao seu lócus cultural, valorização da audição.	Jornais impressos, blogs, <i>closed caption</i> .	Gráfico e/ou Visual
Línguas de Sinais	Cultura surda > Cultura ouvinte	Instituições culturais, antropológicas e surdas (artefatos culturais surdos), valorização da surdez.	Janela de Libras	Visual

Fonte: Elaborada pelos autores.

Costa et al (2018, sem paginação) indicam pensarmos os sujeitos surdos como cidadãos inseridos na sociedade dotados uma língua diferente com as mesmas capacidades que um sujeito ouvinte:

Devemos pensar a educação de surdos como um todo, observando as políticas educacionais, as metodologias adotadas de ensino, e acima de tudo, entender o surdo não como a pessoa que apresenta a perda auditiva, mas sim um cidadão que se apresenta em sociedade com uma língua diferente mas que apresenta as mesmas capacidades e possibilidades que as demais pessoas do país.

É possível observar, portanto, que sujeitos surdos podem se informar a partir de *closed captions* e textos de natureza gráfica, mas é necessário ter em mente que esta, linguagem gráfica, é eminentemente oralista e advém da política ouvintista, isto é, “um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte” (SKLIAR, 1998, p. 15). É recomendável que seja produzido conteúdo com janela de Libras, L1, concomitantemente ao uso de legendas descritivas para que o público-

alvo tenha autonomia de escolher qual artefato comunicacional melhor se adapta às suas necessidades.

3. TICs E SURDEZ

Em breve histórico brasileiro de produtos noticiosos que possuam surdos como público-alvo, Rosa e Cruz (2001) citam outubro de 1994, a exibição do programa *Vejo Vozes* na TV Educativa, usando a Língua de Sinais Brasileira; a inauguração da Central de Atendimento ao Surdo na TELERJ através do Telefone Surdo (TS)⁶⁷ em 1998, e a disponibilização do serviço *Closed Caption* nos programas Fantástico, Bom Dia Brasil, Jornal Hoje, Jornal da Globo e programa do JÔ, a partir dos anos 2000, estimulados por um conjunto de leis. A lei Federal nº 10.098/2000⁶⁸ estabelece normativas de acessibilidade e determina que “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação” seja superado através da promoção da acessibilidade, cabendo aos meios de comunicação a adaptação do seu conteúdo. A janela de intérprete de Libras, no entanto, é uma ferramenta que necessita de grande investimento financeiro e

Difícilmente é encontrada na televisão, tendo maior aparecimento em propagandas de utilidade pública e eleitorais [...] As emissoras não demonstram tanto interesse em implantar a janela de libras por conta dos custos que estão relacionados com a produção, estética, limitação técnica, entre outros (LIMA *et al*, 2017, p. 08).

A fim de cumprir-se a lei e oferecer à população surda um produto mais voltado às suas características, foram desenvolvidas as normativas de acessibilidade. A Associação Brasileira de Normas Técnicas publicou, em 31 de outubro de 2005 a NBR 15.290, cujo texto se volta à acessibilidade na televisão, esquecido e lembrado em produções inconstantes e que

⁶⁷ Telefone para Surdos é o equipamento que permite uma comunicação de texto entre sujeitos surdos sem a necessidade da mediação de um sujeito ouvinte.

⁶⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 24 fev. 2019.

conflitam e entre si. O World Wide Web Consortium lançou em 11 de dezembro de 2008 a versão 2.0 de seu conjunto de regulamentações para internet acessível, as Diretrizes de Acessibilidade para o Conteúdo da Web (Web Content Accessibility Guidelines, ou apenas WCAG), que é utilizado até hoje em todo o mundo como modelo de referência. Um ponto comum entre essas duas regulamentações são a seção 1.4 das WCAG 2.0 e a 7.1.4 da NBR 15.290, os quais estabelecem que deve haver um contraste entre o fundo, a cor da pele e da roupa do intérprete, e a atenção deve ser focada para os sinais.

Entretanto, mesmo com tais matrizes de referência, encontramos produtos que divergem entre si, e portanto, comprometem a entrega de um resultado midiático coerente ao público-alvo. Das produções analisadas, encontramos diversos cases que confirmam a descontinuidade de notícias para o público surdo, em projetos de experimentação. Três mantêm periodicidade diária e produção contínua há pelo menos um ano: Sign1News⁶⁹, The Daily Moth⁷⁰ e Deaf Newspaper⁷¹. O canal de notícias Sign1News, vinculado à CNN, apresenta um produto jornalístico em que o apresentador interpreta notícias em língua de sinais sob fundo azul desfocado, porém contendo silhuetas de cores diferentes. O canal The Daily Moth utiliza o fundo escuro e liso, em maior conformidade às diretrizes internacionais ao propósito de produzir notícias para pessoas surdas. O Deaf Newspaper, por sua vez, utiliza fundo com imagens coloridas que se esmaece na maioria das vezes quando o apresentador aparece. O fundo esmaecido cria pontos visuais de contraste, em desacordo às diretrizes. Três produções com um objetivo comum, encontradas no mesmo ciberespaço, porém distintas em sua realização e que confirmam a diversidade metodológicas. Mas sobrevivem. Fato, por si só, capaz de fazê-los se destacarem no ciberespaço.

4. UMA QUESTÃO DA DIFERENÇA

⁶⁹ Disponível em: <<https://sign1news.com/>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

⁷⁰ Disponível em: <<https://www.dailymoth.com/>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

⁷¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/deafnewspaper/featured>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

As questões confluem para uma problemática da diferença. Não há tolerância desprovida de reconhecimento. Para uma incorporação das culturas não hegemônicas, de acordo com o referencial teórico dos estudos subalternos (queer, pós-coloniais), se faz necessário transformar a cultura que exerce o poder hegemônico, nesta análise, das relações de poder e tensionamentos entre cultura ouvinte e cultura surda. Miskolci (2012, p. 52) define a teoria da diferença como uma

crítica do multiculturalismo e da retórica da diversidade, afirmando a necessidade de ir além da tolerância e da inclusão mudando a cultura como um todo por meio da incorporação da diferença, do reconhecimento do Outro como parte de todos nós.

Conforme explicitamos, as produções noticiosas destinam-se majoritariamente ao público ouvinte. A parcela não ouvinte têm a sua disposição um produto escasso, disperso e desprovido de métodos universais de produção: as janelas de libras são encontrada em tamanhos diferentes e localização na tela distintas, o fundo é produzido ora em fundo sólido em cores geralmente branca, azul, preta e amarela, ora colorido, nítido ou desfocado com a técnica *chroma key*. Da mesma forma, observa-se que as legendas podem ou não aparecer, serem legendas em português ou legendas descritivas, podem ser fechadas (em que o usuário escolhe se a mesma irá aparecer) ou fixa, produzidas por profissionais, amadores ou programas computacionais. Portanto, a produção não possui metodologia linear universal.

Na contemporaneidade, as Leis de acessibilidade da informação se transformam em normativas inconstantes. O número reduzido de normativas conclusivas sobre como produzir imagem à esse segmento da população contrasta-se à existência de muitas normatizações, como as WCAG, o Guia Orientador para Acessibilidade de Produções Audiovisuais, que produzem em um apagamento das produções que incluam pessoas não ouvintes nas metodologias de produção, uma confusão por parte de quem, dispersamente, se lembre da existência desse público. Razões técnicas justificando a inconstância, mas também uma questão de diferenças, porque se reproduz uma lógica ouvintista e em consequência, produz-se jornalismo para sujeitos ouvintes, desenvolve-se o produto para sujeitos não-ouvintes sem a mesma tenacidade. Constatação que revela traços sobre como a questão da diferença é

percebida na cultura ouvinte e, portanto, uma questão de diferença, alteridade e poder. Para quem deseja-se produzir jornalismo e que espaço haverá para público não-ouvinte? Que tratamento será dispendido à essas produções que carregam sobre si intenções de inclusão e diversidade e com que frequência? Que espaço os sujeitos surdos ocupam em nossa sociedade ouvintista? Os entregamo a diferença e à lembrança dispersa ‘bem intencionada’ que possui origens históricas bem definidas.

Ao longo da História, a visão sobre o povo surdo reuniu uma consistência: a discriminação. Tem-se registro de alguns poucos contextos não opressores quanto a essa condição. Na divisão da Idade Antiga, Aristóteles classificava a audição como a maior contribuinte para o conhecimento e a razão, portanto, os surdos seriam desprovidos dessa qualidade (STROBEL, 2009). A Idade Moderna envolveu o médico suíço Johann Conrad Amman, que em 1692 publicou o método pedagógico “Surdus Loquens”, “Fala de Surdos”, no qual ensinava a leitura labial e a reprodução dos sons da fala por seus alunos não ouvintes. Na França, por volta de 1741, Jacob Rodrigues Pereire trabalhou a oralização com sua irmã e seus alunos surdos, recebendo elogios da Academia Francesa de Ciências, devido a acreditarem que a leitura labial seria de grande utilidade àquela população. A Lei do Direito Canônico proibia que surdos se tornassem padres. Apenas em 1951, o brasileiro Vicente de Paulo Penido Burnier, se tornou o primeiro padre surdo da América Latina e o segundo do mundo, sucedendo um sacerdote espanhol e após fazer seu pedido de ordenação ao papa Pio XII (STROBEL, 2009; SILVA, 2012). Fatos históricos que observam a tentativa de encaixar o surdo nos modos ouvintes de viver, e não o contrário. A História está permeada de “lapidações” e esforços que buscam tratar a surdez como um defeito, e não como uma identidade.

A verdadeira inclusão, que respeite aspectos culturais, é primordial para a produção de conteúdos noticiosos para a população surda e se faz necessário uma transformação na cultura hegemônica ouvinte, abrir fissuras, repensar o espaço noticioso destinado ao público surdo.

Percebemos, portanto, a necessidade da elaboração e implementação de um manual de referência universal para a produção de conteúdos educacionais multimídia acessíveis para pessoas surdas baseados na linguagem jornalística e em políticas que respeitem os artefatos culturais dos sujeitos surdos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sarah. **A Educação Geográfica de Estudantes Surdos em Uma Escola Polo de Florianópolis**. UFSC, Florianópolis, 2013.

BASSO, Idalvina Maria de Souza. **Mídia e educação de surdos: transformações reais ou uma nova utopia?** Ponto de Vista, Florianópolis, n; 05, p. 113-128, 2003.

BRASIL, ABNT. **Norma Brasileira nº 15.290, de 2005**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em:<<https://bit.ly/2BOWO2J>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

BRASIL, ABNT. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Brasília, Disponível em: <<https://bit.ly/2t40zyt>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

COSTA, Walber Chistiano Lima; MENEZES, Gabrielle Janaina Barros; BARROSO, Rennan Alberto dos Santos. Bilinguismo: o que dizem alguns professores de surdos? **Revista GPES - Estudos Surdos**, Marabá, v. 1, n. 1, 2018.

CHANG, Chia-Ming. **New Media, New Technologies and New Communication Opportunities for Deaf/Hard of Hearing People**. International Conference on Communication, Media, Technology and Design, 24-26 April 2014, Istanbul - Turkey.

DORIA, Ana Rímoli de Faria. **Manual de Educação da Criança surda**, Rio de Janeiro, 1951.

LIMA, Bruna de Almeida et al. **Análise do Surdo Diante a Comunicação Televisiva: Recorte Para o Closed Caption e Janela de Libras**. Fortaleza, CE. 2017.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFOP, 2012.

ROSA, Andréa da Silva; CRUZ, Cristiano Cordeiro. Internet: fator de inclusão da pessoa surda. **Revista Online da Biblioteca Joel Martins**. Campinas, v2, n3, p. 38-54, jun. 2001.

SILVA, César Augusto de Assis. Igreja Católica e surdez: território, associação e representação política. **Religião e sociedade**, vol.32, n.1, pp. 13-38, 2012.

SIQUEIRA, Ana Clara Baptistella; SILVA, Clarissa de Paula. Dar voz a quem não é ouvido: barreiras enfrentadas pelo surdo no acesso à informação televisiva. *In: IX CICLO DE DEBATES SOBRE JORNALISMO DA UNIBRASIL*, 2013, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Faculdades Integradas do Brasil, 2013.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos**. 2009. 49 f. Curso de Letras - Libras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

W3C-WCAG 2.0. **Web Content Accessibility Guidelines WCAG 2.0**. Disponível em: <<http://www.w3.org/TR/WCAG20/>>. Acesso em: 02 nov. 2018.